



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC 07192/08

PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU - LICITAÇÃO –  
CONVITE - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES COM  
REFLEXOS NEGATIVOS NO PROCEDIMENTO – REGULARIDADE –  
DETERMINAÇÃO - ARQUIVAMENTO.

### ACÓRDÃO AC1 TC 1.288 / 2.011

**1. OBJETO DO PROCESSO: CONVITE SEGUIDO DE CONTRATO**

**2. CARACTERIZAÇÃO DA LICITAÇÃO:**

2.01. Número: 11/2006

2.02. Órgão ou Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE MULUNGU

2.03. Objetivo: Aquisição de peixes frescos, destinados à distribuição à população carente do Município, no ano de 2006.

2.04. Contratado: Silvan Ramos da Silva

2.05. Valor Total: R\$ 12.800,00

**3. CONCLUSÕES DA AUDITORIA:** O DECOP/DILIC concluiu, após análise de defesa<sup>1</sup>, pela **regularidade** do procedimento licitatório em questão e do termo de contrato dele decorrente.

**4. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TRIBUNAL:** Oral, na Sessão, pela **regularidade** do procedimento e do termo de contrato dele decorrente.

*Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo retro indicado e considerando as conclusões da Unidade Técnica de Instrução e o Parecer da representação do Ministério Público Especial junto ao Tribunal, ACORDAM os MEMBROS da 1ª. CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na Sessão realizada nesta data, em julgar REGULARES o procedimento licitatório em questão, bem como o termo de contrato dele decorrente, determinando-se a remessa de cópia da decisão ora proferida para anexação ao Documento TC 03260/08, visando subsidiar sua análise pelo setor competente deste Tribunal (DILIC) e, ainda, o ARQUIVAMENTO dos presentes autos.*

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TCE/PB - Sala das sessões da 1ª Câmara - Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa  
João Pessoa, 16 de junho de 2011.

Conselheiro **Fábio** Túlio Filgueiras **Nogueira**  
no exercício da Presidência

Auditor Substituto de Conselheiro **Marcos** Antônio da **Costa**  
Relator

**Elvira Samara Pereira de Oliveira**  
Representante do Ministério Público Especial junto ao TCE-PB

rkro

<sup>1</sup> A Auditoria havia apontado as seguintes irregularidades: ausência de ato da autorização da autoridade competente para promoção da licitação; não especificação adequada do objeto adquirido; falta de pesquisa prévia de preços para contratação do objeto; impossibilidade de verificação dos preços praticados dentro dos valores de mercado, tendo em vista a não especificação do objeto contratado, fls. 61.